

A HERÁLDICA POLICIAL MILITAR NA AMAZÔNIA: ANÁLISE DO BRASÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ E DAS POLÍCIAS MILITARES DA REGIÃO NORTE

MILITARY POLICE HERALDRY IN THE AMAZON: AN ANALYSIS OF THE COAT OF ARMS OF THE PARÁ MILITARY POLICE AND THE MILITARY POLICE FORCES OF THE NORTHERN REGION

 <https://doi.org/10.63330/sasciencesv6n2-142>

Submetido em: 19/06/2026 e Publicado em: 21/08/2026

SAS: e26368

Luís Fernando Santos da Trindade

3º Sargento da Polícia Militar do Pará
Pós-graduado em Gestão Pública (Faveni)
Graduado em Administração (Unip)

Hermeson dos Santos Galvão

3º Sargento da Polícia Militar do Pará
Pós-graduado em Gestão Estratégica para Redução de Riscos e Desastres (UFPA)
Graduado em Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Unip)
Pós-graduado em Segurança da Informação (Unifaveni)

Everaldo Gledson Lima Salgado

3º Sargento da Polícia Militar do Pará
Bacharel em Educação Física (Unicid)

Paulo Rogério Cunha Bentes

3º Sargento da Polícia Militar do Pará
Graduando em Tecnologia em Segurança Pública pela UniBF

Resumo

O presente artigo analisa a heráldica policial militar na Amazônia, com foco no brasão da Polícia Militar do Pará e em sua relação comparativa com os brasões das Polícias Militares da Região Norte. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que modo o brasão da Polícia Militar do Pará, em diálogo com os brasões das Polícias Militares da Região Norte, contribui para a construção da identidade institucional, da memória histórica e da representação simbólica da territorialidade amazônica? O objetivo geral consiste em analisar de que forma a heráldica contribui para a construção da identidade institucional da Polícia Militar do Pará, considerando os elementos simbólicos presentes em seu brasão e sua relação com a memória histórica, a territorialidade paraense e a simbologia amazônica. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, de caráter descritivo e interpretativo, fundamentada em autores que discutem heráldica, memória coletiva, poder simbólico, tradição e identidade institucional, além de documentos institucionais da Polícia Militar do Pará e materiais sobre os brasões das Polícias Militares da Região Norte.



Os resultados indicam que o brasão da PMPA articula memória militar, tradição luso-brasileira, identidade estadual e pertencimento amazônico, por meio de elementos como a inscrição “1818”, a Estrela Alfa azul, as estrelas vermelhas, os ramos da castanha-do-pará, a espada, o elmo, as pistolas cruzadas e a esfera armilar. A comparação regional demonstrou que os brasões das Polícias Militares nortistas também incorporam símbolos ligados à floresta, aos rios, às fronteiras, às fortalezas, aos povos originários e às paisagens locais. Conclui-se que a heráldica policial militar não possui função meramente ornamental, mas atua como linguagem visual de memória, identidade, pertencimento territorial e legitimação institucional.

Palavras-chave: Amazônia; Heráldica; Identidade institucional; Memória; Polícia Militar do Pará.

Abstract

This article analyzes military police heraldry in the Amazon region, focusing on the coat of arms of the Pará Military Police and its comparative relationship with the coats of arms of the Military Police forces of Northern Brazil. The research problem is as follows: how does the coat of arms of the Pará Military Police, in dialogue with the coats of arms of the Military Police forces of the Northern Region, contribute to the construction of institutional identity, historical memory, and the symbolic representation of Amazonian territoriality? The general objective is to analyze how heraldry contributes to the construction of the institutional identity of the Pará Military Police, considering the symbolic elements present in its coat of arms and their relationship with historical memory, Pará territoriality, and Amazonian symbolism. Methodologically, this is a qualitative, bibliographic, and documentary study, with a descriptive and interpretive approach, based on authors who discuss heraldry, collective memory, symbolic power, tradition, and institutional identity, as well as institutional documents from the Pará Military Police and materials concerning the coats of arms of the Military Police forces of Northern Brazil. The results indicate that the coat of arms of the Pará Military Police articulates military memory, Luso-Brazilian tradition, state identity, and Amazonian belonging through elements such as the inscription “1818”, the blue Alpha Star, the red stars, the branches of the Brazil nut tree, the sword, the helmet, the crossed pistols, and the armillary sphere. The regional comparison showed that the coats of arms of the Northern Military Police forces also incorporate symbols related to the forest, rivers, borders, fortresses, Indigenous peoples, and local landscapes. It is concluded that military police heraldry does not have a merely ornamental function, but acts as a visual language of memory, identity, territorial belonging, and institutional legitimacy.

Keywords: Amazon; Heraldry; Institutional identity; Memory; Pará Military Police.



1 INTRODUÇÃO

As instituições militares historicamente utilizam símbolos, brasões, bandeiras, insígnias, uniformes e cerimônias como formas de representar sua identidade, preservar sua memória e transmitir valores institucionais. No caso das Polícias Militares, esses elementos visuais assumem papel ainda mais relevante, pois expressam tradição, hierarquia, disciplina, pertencimento e legitimidade perante seus integrantes e diante da sociedade. Nesse contexto, a heráldica apresenta-se como campo importante para a compreensão da construção simbólica das corporações militares, uma vez que os brasões não se limitam a ornamentos gráficos, mas funcionam como suportes de memória, identidade e poder simbólico.

A Polícia Militar do Pará, instituição bicentenária cuja origem remonta ao Corpo de Polícia criado em 1818, possui em seu brasão elementos que condensam aspectos relevantes de sua trajetória histórica, de sua vinculação territorial e de sua identidade militar. A inscrição do ano de fundação, o nome “Pará”, as estrelas vermelhas, a Estrela Alfa azul, os ramos da castanha-do-pará, o sabre, o elmo, as pistolas cruzadas e a esfera armilar constituem signos que remetem à memória institucional, à tradição militar, à identidade amazônica e às origens luso-brasileiras da corporação. Dessa forma, o brasão da PMPA pode ser compreendido como uma síntese visual da história, da missão e dos valores que estruturam a corporação.

Além da análise específica do brasão da Polícia Militar do Pará, torna-se relevante observar como outros brasões das Polícias Militares da Região Norte também incorporam elementos relacionados à Amazônia, à defesa territorial, aos rios, às florestas, às fronteiras, aos povos originários e à formação histórica dos Estados. Essa comparação permite identificar convergências simbólicas entre as corporações nortistas, especialmente no que se refere à relação entre tradição policial militar, memória regional e territorialidade amazônica. Assim, a heráldica das Polícias Militares da Região Norte revela não apenas aspectos internos de cada instituição, mas também modos de representar visualmente a presença do Estado na Amazônia brasileira.

Diante disso, o problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira: de que modo o brasão da Polícia Militar do Pará, em diálogo com os brasões das Polícias Militares da Região Norte, contribui para a construção da identidade institucional, da memória histórica e da representação simbólica da territorialidade amazônica?

A justificativa da pesquisa reside na importância de compreender os símbolos institucionais como instrumentos de memória, identidade e comunicação pública. Embora os brasões estejam presentes em documentos, uniformes, prédios, viaturas, solenidades e materiais oficiais das corporações militares, muitas vezes seus significados históricos e simbólicos não são suficientemente analisados.

No caso da Polícia Militar do Pará, o estudo de seu brasão permite evidenciar como a corporação seleciona e preserva visualmente elementos de sua história, de sua missão constitucional, de sua vinculação ao Estado do Pará e de sua inserção na Amazônia. Essa discussão também se relaciona ao fortalecimento



da produção técnico-científica no âmbito da própria corporação, uma vez que iniciativas institucionais como a *PMPA em Revista: periódico de ciências policiais* demonstram a importância da pesquisa científica para a valorização da memória, da identidade, da cultura organizacional e das práticas profissionais da Polícia Militar do Pará (Polícia Militar do Pará, 2023).

Além disso, a análise comparativa com os brasões das demais Polícias Militares da Região Norte contribui para ampliar a compreensão sobre a existência de uma simbologia policial militar amazônica, marcada por elementos naturais, territoriais, históricos e culturais próprios da região.

O objetivo geral deste artigo é analisar de que forma a heráldica contribui para a construção da identidade institucional da Polícia Militar do Pará, considerando os elementos simbólicos presentes em seu brasão e sua relação com a memória histórica, a territorialidade paraense e a simbologia amazônica observada nos brasões das Polícias Militares da Região Norte.

Como objetivos específicos, busca-se: compreender a origem histórica da heráldica e sua função simbólica nas instituições militares; discutir o brasão como instrumento de memória, poder simbólico e identidade institucional; analisar os principais elementos do brasão da Polícia Militar do Pará e seus significados históricos, militares, territoriais e amazônicos; identificar, nos brasões das Polícias Militares da Região Norte, elementos convergentes relacionados à influência luso-brasileira, à defesa territorial, à floresta, aos rios, às fronteiras e à identidade regional; e demonstrar como esses símbolos contribuem para a construção de narrativas institucionais vinculadas à memória e ao pertencimento.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com finalidade descritiva e interpretativa. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em autores que discutem heráldica, símbolos, memória coletiva, lugares de memória, poder simbólico, identidade visual e tradição institucional, como Théry, Luz, Halbwachs, Nora, Bourdieu, Hobsbawm e Ranger, entre outros. A pesquisa documental utiliza como base documentos institucionais da Polícia Militar do Pará, especialmente o histórico da corporação, o Manual de Identidade Visual da PMPA e materiais que descrevem os elementos de seu brasão, além do brasonário das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. A análise foi desenvolvida por meio da interpretação simbólica dos elementos heráldicos, considerando sua relação com a história institucional, a memória coletiva, a territorialidade e a identidade amazônica.

O artigo está organizado em capítulos que abordam, inicialmente, a origem histórica da heráldica e a construção simbólica dos brasões; em seguida, discute-se o brasão como instrumento de memória, poder e identidade institucional; posteriormente, analisa-se a função dos símbolos e da identidade visual nas organizações policiais militares; na sequência, examina-se o brasão da Polícia Militar do Pará, seus elementos, cores e sentidos históricos; por fim, realiza-se uma análise comparativa dos brasões das Polícias



Militares da Região Norte, buscando identificar convergências relacionadas à tradição militar, à influência luso-brasileira, à defesa territorial e à identidade amazônica.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com finalidade descritiva e interpretativa. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se porque o objetivo do estudo não consiste em quantificar dados, mas compreender os sentidos históricos, simbólicos e institucionais atribuídos aos elementos heráldicos presentes no brasão da Polícia Militar do Pará e nos brasões das Polícias Militares da Região Norte. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, valores, crenças e representações, sendo adequada para investigações que buscam interpretar fenômenos sociais e culturais.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois busca apresentar, caracterizar e interpretar os elementos simbólicos presentes nos brasões analisados. De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como finalidade descrever características de determinado fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. No caso deste estudo, descrevem-se os elementos heráldicos, históricos e visuais que compõem o brasão da Polícia Militar do Pará, relacionando-os à memória institucional, à identidade militar, à territorialidade paraense e à simbologia amazônica.

No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros, artigos científicos, dissertações e estudos acadêmicos que abordam heráldica, símbolos, memória coletiva, identidade institucional, poder simbólico, tradição e comunicação visual. Conforme Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador entrar em contato com produções já publicadas sobre determinado tema, possibilitando a construção do referencial teórico. Já a pesquisa documental fundamentou-se na análise de documentos institucionais, legislações, manuais, registros históricos e materiais oficiais relacionados à Polícia Militar do Pará e às demais Polícias Militares da Região Norte. Para Gil (2008), a pesquisa documental assemelha-se à bibliográfica, mas utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado ou que podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa.

A análise dos dados foi realizada por meio de interpretação qualitativa dos elementos heráldicos presentes nos brasões estudados, observando-se a relação entre símbolos, cores, datas, armas, escudos, elementos naturais, referências territoriais e memória institucional. Buscou-se compreender como esses elementos contribuem para a construção da identidade visual e simbólica das corporações policiais militares, especialmente da Polícia Militar do Pará. A interpretação foi orientada pelo diálogo entre os documentos analisados e o referencial teórico utilizado, considerando autores como Théry, Luz, Halbwachs, Nora, Bourdieu, Hobsbawm e Ranger, entre outros.



Foram adotados como critérios de inclusão: obras acadêmicas que tratam de heráldica, simbologia, memória coletiva, identidade institucional, tradição e poder simbólico; documentos oficiais da Polícia Militar do Pará relacionados à história institucional, identidade visual e brasão da corporação; materiais que descrevem os brasões das Polícias Militares da Região Norte; legislações pertinentes à identidade visual da PMPA; e publicações científicas ou institucionais que contribuem para a interpretação dos símbolos militares e territoriais presentes nos brasões analisados.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados materiais sem relação direta com o tema da heráldica ou da identidade institucional militar; textos opinativos sem fundamentação teórica ou documental; fontes sem identificação de autoria, procedência ou confiabilidade; publicações que tratavam de brasões de instituições não relacionadas ao objeto da pesquisa, salvo quando utilizadas apenas para contextualização teórica; e materiais que não apresentavam contribuição relevante para a análise simbólica, histórica ou institucional proposta.

3 HERÁLDICA, SÍMBOLOS E IDENTIDADE NAS INSTITUIÇÕES MILITARES

3.1 A ORIGEM HISTÓRICA DA HERÁLDICA E A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DOS BRASÕES

As instituições militares possuem uma relação histórica com símbolos, tradições e representações visuais que ultrapassam sua função meramente estética. Elementos como brasões, bandeiras, insígnias, uniformes e cerimônias constituem formas de preservação da memória coletiva, transmissão de valores e fortalecimento do sentimento de pertencimento institucional.

Marcas e brasões tornam-se cada vez mais surpreendentes em contemporâneas formas de linguagem na sociedade imagetizada. São competentes, transmissoras e receptoras de cultura, valores e crenças. [...] Sendo assim, notamos claramente que aquelas que têm em suas normas de comunicação uso claro e preciso do brasão e mantêm sua forma original, reverenciando a narrativa histórica e cultural. São instituições que privilegiam e valorizam sua história e, portanto, são respeitadas por isso (Moraes 2013, p. 101-102).

Os símbolos acompanham a humanidade como mecanismos de representação de ideias abstratas. Conforme Luz (2024), símbolo pode ser compreendido como aquilo que, por analogia ou convenção, representa uma realidade mais complexa, sendo capaz de evocar valores, acontecimentos ou conceitos que ultrapassam o objeto material representado. Dessa forma, uma bandeira ou um brasão não se limita ao desenho que apresenta, pois carrega consigo uma construção histórica, cultural e afetiva compartilhada por determinado grupo social.

Segundo Théry (2013), a origem da heráldica está diretamente relacionada ao contexto militar medieval. Os brasões eram utilizados nos escudos como instrumentos de identificação dos combatentes nos campos de batalha, permitindo distinguir aliados e adversários em um período no qual não havia uniformes



padronizados. A partir dessa necessidade prática, desenvolveu-se uma linguagem própria, organizada por regras e elementos simbólicos destinados a tornar a identificação visual precisa e inequívoca.

A associação entre o surgimento da heráldica e as necessidades de identificação presentes nas guerras medievais também é destacada por Brito (2021), que relaciona sua consolidação ao período das Cruzadas e ao desenvolvimento de padrões destinados à distinção entre indivíduos e grupos:

Portanto, foi durante o movimento das Cruzadas que a Heráldica surgiu como a arte que se utiliza de cores e símbolos para representar um indivíduo ou grupo. Assim, pode-se afirmar que a Heráldica pura, que teve seu período áureo durante o feudalismo, veio estabelecer um padrão para uma demanda que nasceu nas guerras: a de identificação e distinção entre as tropas nos campos de batalha (Brito, 2021, p. 10).

Com o passar do tempo, entretanto, a heráldica ultrapassou sua finalidade inicial de identificação militar. Théry (2013) define-a como a ciência dos brasões e destaca a existência de uma linguagem precisa e rigorosa, composta por regras, formas, cores e elementos capazes de descrever e distinguir representações heráldicas. Além de sua dimensão técnica, o autor ressalta que a heráldica também possui caráter artístico, em razão da riqueza de seu vocabulário e de seu simbolismo.

Nesse processo histórico, os brasões deixaram de representar exclusivamente indivíduos, famílias ou linhagens e passaram a ser empregados também por cidades, Estados, países e diferentes tipos de organizações. Conforme Théry (2013), no mundo contemporâneo os brasões permanecem presentes como instrumentos de representação de identidades, capazes de transmitir características, valores e referências vinculadas ao grupo ou território representado.

Nesse sentido, os brasões assumem uma função que ultrapassa a mera identificação visual. Para Luz (2024), símbolos gráficos, especialmente brasões e bandeiras, podem atuar como registros da trajetória de determinado povo ou organização, contribuindo para a preservação de acontecimentos, tradições e valores. Essa dimensão simbólica permite compreender por que instituições militares continuam recorrendo à heráldica: seus brasões não apenas identificam formalmente a organização, mas também sintetizam aspectos de sua história, de suas tradições e dos valores que pretende preservar e transmitir entre diferentes gerações de seus integrantes.

3.2 O BRASÃO COMO INSTRUMENTO DE MEMÓRIA, PODER E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Segundo Furtado (2014), os símbolos heráldicos podem atuar como instrumentos de legitimação e construção de identidade. Ao analisar o escudo de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, o autor evidencia que os elementos presentes na representação heráldica ultrapassaram o contexto histórico original, tornando-se símbolos permanentes associados à formação da identidade portuguesa. Nesse sentido, o brasão não deve ser compreendido apenas como ornamento ou marca visual, mas como uma



representação carregada de intencionalidade histórica, política e cultural (Furtado, 2014; Théry, 2013; Bourdieu, 2003).

A relação entre brasão e memória pode ser compreendida a partir da teoria da memória coletiva de Halbwachs (1990), segundo a qual a memória não se constitui apenas de maneira individual, mas é construída socialmente no interior dos grupos. Assim, uma instituição preserva determinados acontecimentos, personagens e valores porque eles ajudam a organizar sua própria narrativa coletiva. O brasão, nesse contexto, funciona como suporte visual dessa memória, condensando em uma única representação elementos que remetem à origem, à trajetória, aos feitos e aos princípios considerados relevantes para a instituição. Essa compreensão evidencia que a memória institucional não se mantém de forma isolada, mas depende da permanência dos vínculos, referências e valores compartilhados pelo grupo. Nesse sentido, Schmidt e Mahfoud (1993, p. 289), ao discutirem a concepção de memória coletiva em Halbwachs, afirmam:

Em termos dinâmicos, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo, na medida em que necessita de uma comunidade afetiva, forjada no “entreter-se internamente com pessoas” característico das relações nos grupos de referência. Esta comunidade afetiva é o que permite atualizar uma identificação com a mentalidade do grupo no passado e retomar o hábito e o poder de pensar e lembrar como membro do grupo.

Essa dimensão aproxima o brasão daquilo que Nora (1993) denomina lugares de memória. Para o autor, esses lugares não se limitam a espaços físicos, pois podem assumir dimensão material, simbólica e funcional, desde que concentrem sentidos históricos para uma coletividade. Desse modo, objetos, símbolos, monumentos, rituais e práticas podem tornar-se lugares de memória quando passam a conservar, representar e atualizar determinada experiência histórica (Nora, 1993, p. 21-22). No caso das instituições militares, essa reflexão pode ser aplicada aos brasões, bandeiras, estandartes, hinos, medalhas e cerimônias, pois esses elementos funcionam como suportes simbólicos nos quais a memória institucional é fixada, preservada e ritualizada.

Entretanto, a memória institucional não é neutra. Ao selecionar determinados símbolos para compor um brasão, uma organização também escolhe quais aspectos de sua história serão destacados e quais permanecerão em segundo plano. Nesse sentido, Nora (1993) observa que os lugares de memória resultam de uma operação de seleção, conservação e cristalização da lembrança, pois surgem quando há necessidade de preservar certos vestígios do passado diante das transformações históricas. Por isso, o brasão pode ser compreendido como uma forma de narrativa oficial: ele organiza o passado, atribui sentido ao presente e projeta uma imagem institucional para o futuro. Nesse processo, a heráldica atua como mecanismo de continuidade, permitindo que uma determinada leitura da história seja transmitida às gerações posteriores.



Essa seleção da memória também envolve relações de poder. Para Bourdieu (2003), o poder simbólico atua como uma forma de poder exercida por meio dos símbolos, das classificações e das representações socialmente reconhecidas como legítimas, contribuindo para a construção de uma determinada percepção da realidade social. No caso dos brasões institucionais, esse poder manifesta-se na autoridade de definir quais imagens, cores, figuras e valores representarão oficialmente a corporação. Assim, o brasão legitima uma determinada identidade institucional e contribui para consolidar uma visão compartilhada sobre a história e a missão da organização (Bourdieu, 2003).

Além disso, Hobsbawm e Ranger (1997) ajudam a compreender como determinadas tradições são construídas e repetidas para produzir continuidade com o passado. Nas instituições militares, essa lógica é bastante presente, pois ritos, uniformes, símbolos e cerimônias reforçam pertencimento, disciplina e espírito de corpo. O brasão, ao ser reproduzido em documentos, prédios, viaturas, uniformes e solenidades, transforma-se em uma tradição visual constantemente reafirmada no cotidiano institucional (Hobsbawm; Ranger, 1997; Bourdieu, 2003; Halbwachs, 1990).

Dessa forma, o brasão não apenas registra acontecimentos históricos, mas participa ativamente da construção da memória e da identidade institucional. Ele seleciona elementos do passado, comunica valores no presente e fortalece a continuidade simbólica da organização. Nas instituições militares, essa função assume especial relevância, pois os símbolos são utilizados para reforçar hierarquia, tradição, pertencimento e legitimidade perante seus integrantes e diante da sociedade.

Moraes (2013), ao analisar brasões e marcas institucionais pela perspectiva da semiótica visual, destaca que os símbolos representam formas de comunicação capazes de expressar aspectos culturais e identitários. Para a autora, muitas instituições preservam seus brasões ao longo do tempo porque eles mantêm vínculos com valores e tradições estabelecidos desde sua origem. Assim, compreender o brasão da Polícia Militar do Pará exige observar não apenas seus elementos visuais, mas também os sentidos históricos, políticos e simbólicos que ele comunica.

3.3 SÍMBOLOS, TRADIÇÃO E IDENTIDADE VISUAL NAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS MILITARES

Nas organizações policiais militares, os símbolos institucionais desempenham papel fundamental na construção de uma identidade coletiva. Por serem instituições marcadas pela valorização da disciplina, hierarquia, tradição e espírito de corpo, as Polícias Militares utilizam brasões, bandeiras, hinos e cerimônias como formas de preservar sua memória e fortalecer o vínculo entre seus integrantes.

A análise dos símbolos policiais também pode ser compreendida pela perspectiva da comunicação institucional. Santos e Bortoleto (2019), ao estudarem os símbolos da Polícia Militar de Santa Catarina,



destacam que as representações visuais policiais estão relacionadas aos processos históricos e culturais da corporação, permitindo compreender aspectos da própria construção institucional.

Da mesma forma, Beiger e Silva (2023) apontam que a identidade visual exerce papel estratégico para instituições policiais, uma vez que contribui para fortalecer sua imagem pública, ampliar o reconhecimento social e transmitir seus valores perante a sociedade. Embora as instituições policiais não tenham finalidade comercial, sua imagem institucional influencia diretamente a forma como são reconhecidas pela população. Assim, os símbolos visuais funcionam simultaneamente como elementos internos de pertencimento e externos de comunicação social.

Na Polícia Militar do Pará, essa valorização simbólica pode ser observada no Manual de Identidade Visual da PMPA, que estabelece padrões para utilização dos elementos gráficos institucionais, como brasões, cores e demais aplicações visuais. A padronização desses símbolos representa uma estratégia de preservação da identidade institucional e de fortalecimento da comunicação com a sociedade (Polícia Militar Do Pará, 2017). Dessa forma, o brasão da PMPA deve ser compreendido como patrimônio simbólico da corporação. Seus elementos representam não apenas uma marca administrativa, mas a materialização visual de sua trajetória histórica, valores militares e compromisso institucional.

4 A HERÁLDICA NA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ: SÍMBOLOS, CORES E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A análise do brasão da Polícia Militar do Pará exige compreender que os símbolos heráldicos não são apenas elementos gráficos ou decorativos. Eles constituem formas visuais de memória, identidade e legitimação institucional. Conforme Théry (2013), a heráldica nasceu vinculada à necessidade de identificação militar, especialmente nos campos de batalha medievais, mas, ao longo do tempo, passou a representar famílias, territórios, instituições e Estados. Dessa forma, o brasão da PMPA deve ser interpretado como uma composição simbólica que articula a história da corporação, sua vinculação ao Estado do Pará e os valores militares que estruturam sua identidade.

A Polícia Militar do Pará possui origem histórica no Corpo de Polícia, criado em 1818, durante o governo do Conde de Vila Flor, ainda na primeira metade do século XIX. Inicialmente, a instituição atuava com um efetivo reduzido, voltado principalmente ao policiamento da cidade de Belém, substituindo tropas de linha que deixavam de exercer diretamente essa atividade (Polícia Militar Do Pará, 2020). Ao longo do século XIX, a corporação passou por sucessivas mudanças de denominação, como Corpo de Polícia, Guarda Militar de Polícia, Corpo de Municipais Permanentes, Corpo de Polícia do Pará, Corpo de Caçadores de Polícia, Corpo Militar de Polícia do Pará, Regimento Militar do Estado e Brigada Militar do Estado, até consolidar-se como Polícia Militar do Estado do Pará no século XX (Polícia Militar Do Pará, 2020).



Esse percurso histórico revela que a PMPA não surgiu apenas como órgão administrativo de segurança pública, mas como instituição diretamente ligada à organização política, territorial e social do Pará. Por isso, o brasão da corporação funciona como uma síntese visual dessa trajetória. Ele reúne elementos que remetem à tradição militar, à memória institucional, à identidade estadual e à missão constitucional da Polícia Militar (Polícia Militar Do Pará, 2020; Luz, 2024; Théry, 2013). Como observa Luz (2024), os símbolos gráficos, como brasões e bandeiras, possuem a capacidade de representar realidades complexas, pois condensam em formas, cores e figuras os valores, acontecimentos e pertencimentos de uma coletividade.

No interior do brasão, a inscrição “1818” possui forte significado memorial. Trata-se do marco de criação do Corpo de Polícia, origem histórica da atual Polícia Militar do Pará (Polícia Militar Do Pará, 2020). A presença dessa data no brasão transforma o símbolo em um suporte de memória institucional, pois conecta os policiais militares contemporâneos à fundação da corporação (Nora, 1993). A data funciona como uma espécie de elo entre passado e presente, reafirmando a antiguidade da instituição e sua permanência na história do Estado. Nesse sentido, a referência a 1818 aproxima-se da noção de memória coletiva de Halbwachs (1990), pois permite que o grupo institucional reconheça sua continuidade histórica por meio de um símbolo comum.

Figura 1 - Brasão da Polícia Militar do Pará



Fonte: Polícia Militar do Pará, 2020.

A referência ao ano de 1818 também reforça a posição da Polícia Militar do Pará como uma das corporações policiais mais antigas do Brasil. Ao aparecer no brasão, essa data não apenas informa uma origem cronológica, mas produz sentido identitário (Halbwachs, 1990; Nora, 1993; Hobsbawm; Ranger, 1997). Ela comunica tradição, permanência e pertencimento. Como afirmam Hobsbawm e Ranger (1997), determinadas tradições são continuamente reafirmadas por meio de símbolos, ritos e práticas que produzem uma sensação de continuidade com o passado. No caso da PMPA, a reprodução do ano de fundação no brasão contribui para consolidar a narrativa de uma corporação bicentenária, vinculada à história do povo paraense.

A inscrição “Pará”, situada na parte superior do brasão, reforça a dimensão territorial da identidade institucional. O brasão não representa uma organização abstrata, mas uma instituição pertencente a um



território específico, com história, cultura e memória próprias (Théry, 2013; Polícia Militar do Pará, 2020). A presença do nome do Estado evidencia que a Polícia Militar do Pará é parte da própria construção histórica paraense. Nessa perspectiva, o brasão expressa uma dupla identidade: militar e regional. Ele representa, ao mesmo tempo, a instituição policial militar e sua vinculação simbólica ao Estado do Pará (Théry, 2013; Polícia Militar do Pará, 2020).

Essa relação entre brasão e território é especialmente importante na heráldica. Théry (2013) explica que, no mundo contemporâneo, os brasões são amplamente utilizados para simbolizar identidades territoriais, transmitindo uma determinada visão sobre o território representado. Assim, quando o brasão da PMPA incorpora o nome “Pará”, ele não apenas identifica a localização da corporação, mas afirma sua missão como força pública ligada à preservação da ordem em um território marcado por grande diversidade histórica, social, cultural e geográfica.

As cores presentes na identidade visual da Polícia Militar do Pará também possuem grande relevância simbólica. A Lei Estadual nº 8.959, de 19 de dezembro de 2019, instituiu como cores oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará o azul, o branco e o vermelho, correspondentes às cores da bandeira do Estado do Pará. A norma estabelece que os imóveis utilizados pela PMPA devem ostentar essas cores oficiais, com predominância do azul e/ou branco; também determina que veículos, embarcações e aeronaves da corporação tenham predominantemente essas cores, além de indicar o azul como cor predominante dos uniformes policiais militares (Pará, 2019).

A escolha dessas cores demonstra que a identidade visual da PMPA foi construída em diálogo direto com a simbologia estadual. O azul, o branco e o vermelho não são apenas escolhas cromáticas institucionais, mas elementos que vinculam visualmente a corporação à bandeira do Pará. Dessa forma, a heráldica da PMPA incorpora a simbologia do próprio Estado, reforçando a ideia de pertencimento territorial e de representação pública. A instituição, ao adotar oficialmente as cores da bandeira paraense, afirma-se como parte da identidade política e histórica do Pará (Pará, 2019).

No brasão da Polícia Militar do Pará, o vermelho aparece de forma significativa nas estrelas que compõem a representação heráldica da corporação (Polícia Militar Do Pará, 2020). Conforme a própria referência institucional da PMPA, as estrelas vermelhas simbolizam duas campanhas marcantes na história da polícia paraense: a Guerra do Paraguai, encerrada em 1870 com a vitória brasileira, e a Guerra de Canudos, conflito no qual a atuação da Polícia Militar do Pará passou a ocupar lugar relevante na memória simbólica da instituição (Polícia Militar Do Pará, 2020). Assim, o vermelho, nesse contexto, não deve ser interpretado apenas como uma cor da bandeira estadual, mas também como elemento de memória militar, associado à bravura, ao sacrifício, à participação histórica e ao serviço prestado pela corporação em episódios de repercussão nacional.



A Estrela Alfa, por sua vez, aparece na cor azul e possui significado distinto. Conforme a referência institucional da PMPA, ela representa o Estado do Pará, que, à época da Proclamação da República, possuía a única capital brasileira localizada acima da linha do Equador. Assim, a Estrela Alfa azul estabelece relação direta com a identidade territorial paraense, reafirmando a singularidade geográfica e histórica do Pará no conjunto da federação brasileira (Polícia Militar Do Pará, 2020).

Essa diferenciação é importante para a correta leitura heráldica do brasão. Enquanto as estrelas vermelhas remetem às campanhas militares históricas da corporação, a Estrela Alfa azul representa o Estado do Pará. Desse modo, o brasão articula dois planos simbólicos: de um lado, a memória militar da PMPA, marcada pela participação em conflitos como a Guerra do Paraguai e Canudos; de outro, a vinculação territorial da corporação ao Estado do Pará, representada pela Estrela Alfa azul (Polícia Militar Do Pará, 2020).

A escolha dos ramos da castanha-do-pará no brasão da Polícia Militar do Pará torna-se ainda mais significativa quando se observa a própria natureza da árvore representada. Conforme a referência institucional da PMPA, os ramos laterais do brasão simbolizam a castanha-do-pará, árvore nativa da região amazônica e uma das riquezas vegetais do Estado (Polícia Militar Do Pará, 2020). A partir dessa informação, é possível compreender que a escolha dessa espécie não possui apenas função ornamental, mas expressa uma vinculação direta entre a corporação, o território paraense e a identidade amazônica. Por ser uma árvore de grande porte, vida longa e forte presença no ecossistema regional, a castanheira permite uma leitura simbólica relacionada à permanência histórica, à resistência institucional e ao enraizamento territorial da Polícia Militar do Pará.

Nesse sentido, a castanha-do-pará não simboliza apenas uma riqueza vegetal amazônica, mas também a ideia de continuidade (Polícia Militar Do Pará, 2020; EMBRAPA, 2023). Assim como a castanheira permanece por longos períodos na floresta, atravessando gerações e mantendo sua importância para o equilíbrio ambiental, para a economia extrativista e para as comunidades locais, a Polícia Militar do Pará também se apresenta como instituição bicentenária, cuja trajetória atravessa diferentes períodos políticos, sociais e administrativos da história paraense (Polícia Militar Do Pará, 2020). A analogia entre a longevidade da castanheira e a permanência institucional da PMPA reforça o caráter memorial do brasão, que preserva visualmente a ideia de tradição, estabilidade e serviço contínuo ao povo paraense (Halbwachs, 1990; Nora, 1993; Hobsbawm; Ranger, 1997).

Além disso, a castanheira possui raízes profundas e depende de um ecossistema complexo para se desenvolver, o que permite uma interpretação diretamente relacionada à identidade institucional da PMPA (EMBRAPA, 2023). A corporação também está enraizada em uma realidade histórica, social e territorial específica: a Amazônia paraense. Desse modo, os ramos da castanha-do-pará aproximam o brasão não apenas da natureza regional, mas também da ideia de pertencimento ao território amazônico, evidenciando



que a instituição não é alheia ao espaço em que atua, mas parte integrante da história, da cultura e da vida social do Pará (Polícia Militar Do Pará, 2020; Théry, 2013).

A escolha dessa espécie, portanto, diferencia o brasão da PMPA de outros brasões que utilizam ramos vegetais de significado mais genérico, como louros ou oliveiras. Enquanto esses ramos geralmente remetem à vitória, à paz, à honra ou ao mérito, a castanha-do-pará incorpora ao símbolo institucional uma dimensão territorial própria. Ela comunica honra e tradição, mas também floresta, Amazônia, economia extrativista, identidade regional e permanência histórica. Por isso, os ramos laterais do brasão podem ser compreendidos como um ponto de encontro entre a simbologia militar e a identidade paraense, pois transformam um elemento heráldico tradicional em uma marca visual de pertencimento amazônico (Polícia Militar Do Pará, 2020; EMBRAPA, 2023).

Outro aspecto relevante do brasão da Polícia Militar do Pará está na disposição de seus elementos militares, especialmente na relação entre a espada, o elmo e as armas cruzadas. Essa organização visual pode ser interpretada como uma composição simbólica de autoridade, defesa e força institucional (Théry, 2013; Silva, 2022). No centro da representação, a espada aparece em posição vertical, isto é, ereta, o que reforça sua função como eixo de sustentação do brasão e como símbolo de autoridade, justiça e comando (Polícia Militar Do Pará, 2020). Diferentemente de uma espada deitada, que poderia sugerir repouso, encerramento de conflito ou simples ornamentação, a espada em pé comunica vigilância, prontidão e firmeza no exercício da função pública.

Na tradição militar e heráldica, a espada costuma representar a autoridade legítima, a defesa da ordem e a capacidade de agir em nome da justiça (Silva, 2022; Théry, 2013). No caso da PMPA, essa leitura encontra respaldo na própria referência institucional da corporação, segundo a qual o sabre ou espada é representado como símbolo de garantia da justiça e da autoridade (Polícia Militar Do Pará, 2020). Assim, sua posição vertical pode ser compreendida como expressão visual da presença ativa do Estado, isto é, uma autoridade que se mantém erguida, vigilante e preparada para proteger a sociedade e preservar a ordem pública.

Acima da espada encontra-se o elmo, outro elemento tradicional da simbologia militar. Historicamente, o elmo remete à proteção do combatente, à disciplina e à identidade castrense (Silva, 2022; Théry, 2013). Segundo a referência institucional da PMPA, ele simboliza a temperança, a perseverança e a força necessárias ao controle social e à manutenção da paz e da ordem pública (Polícia Militar Do Pará, 2020). Essa interpretação é importante porque impede uma leitura meramente bélica do brasão: o elmo não representa apenas combate, mas também autocontrole, equilíbrio e resistência moral. Ele sugere que a força policial militar deve ser exercida com disciplina, moderação e responsabilidade institucional.

Sobre o elmo aparecem as pistolas cruzadas em santor, elemento que, segundo a referência da PMPA, representa historicamente a força armada das Polícias Militares do Brasil (Polícia Militar Do Pará,



2020). A disposição cruzada das armas também possui sentido simbólico. Ao serem colocadas em santor, isto é, cruzadas em forma de “X”, as pistolas deixam de ser apenas instrumentos de força individual e passam a compor uma representação institucional da função armada da corporação. Elas indicam que a Polícia Militar possui poder de coerção legítima, mas esse poder está organizado dentro de uma estrutura hierárquica, disciplinada e submetida à finalidade pública de preservação da ordem (Silva, 2022; Polícia Militar Do Pará, 2020). A própria referência institucional ainda associa essas armas à humildade, à cordialidade e ao respeito presentes na conduta militar (Polícia Militar Do Pará, 2020).

A relação entre espada, elmo e pistolas revela, portanto, uma gradação simbólica. A espada vertical comunica justiça, autoridade e prontidão; o elmo acrescenta a dimensão da temperança, da proteção e da força controlada; as pistolas cruzadas representam a condição armada das Polícias Militares brasileiras (Polícia Militar Do Pará, 2020). Em conjunto, esses elementos constroem uma narrativa visual sobre a identidade da PMPA: trata-se de uma instituição militarizada, dotada de autoridade e 1força pública, mas cuja atuação deve estar orientada pela justiça, pela disciplina, pelo equilíbrio e pelo compromisso com a paz social.

A presença da esfera armilar no brasão da Polícia Militar do Pará também possui relevante significado histórico e simbólico. Conforme a referência institucional da PMPA, esse elemento é utilizado como referência às origens da corporação, pois foi emblema pessoal de D. Manuel I e simboliza a bravura da epopeia marítima portuguesa (Polícia Militar Do Pará, 2020). A partir dessa informação, é possível compreender que a esfera armilar não foi inserida no brasão apenas como ornamento heráldico, mas como elemento de ligação entre a trajetória institucional da corporação, a herança luso-brasileira e a formação histórica do antigo Grão-Pará.

Historicamente, a esfera armilar está associada ao conhecimento astronômico, à orientação e à expansão marítima portuguesa. Godinho (2016) observa que esse instrumento, além de representar uma concepção do cosmos, foi amplamente difundido durante o reinado de D. Manuel I, tornando-se um importante emblema da cultura política portuguesa. No contexto do brasão da PMPA, essa simbologia permite relacionar a corporação às raízes portuguesas da formação administrativa e territorial da Amazônia paraense.

Essa leitura torna-se ainda mais significativa quando se considera que o Grão-Pará foi historicamente marcado pela navegação. Na Amazônia, os rios constituíram caminhos naturais de comunicação, deslocamento, defesa, comércio e controle territorial. Desse modo, embora a referência institucional da PMPA destaque a esfera armilar como símbolo da epopeia marítima portuguesa, sua presença no brasão também permite uma interpretação ampliada, relacionada à circulação fluvial e ao processo de ocupação, administração e integração do território amazônico.



Assim, no brasão da PMPA, a esfera armilar pode ser compreendida como um elo simbólico entre a navegação portuguesa e a realidade amazônica do antigo Grão-Pará. Se, no contexto português, esse símbolo remete à expansão marítima e à projeção ultramarina, no contexto paraense ele também pode ser associado à navegação pelos rios amazônicos, fundamentais para a formação política, econômica e administrativa da região. Essa interpretação reforça a ideia de que a corporação nasceu em um território marcado por grandes distâncias, rios extensos, diversidade geográfica e necessidade permanente de presença do poder público.

Dessa forma, a esfera armilar não apenas evoca a herança luso-brasileira da Polícia Militar do Pará, mas também dialoga com a própria geografia amazônica. Sua presença no brasão permite compreender a PMPA como instituição vinculada a um território historicamente organizado pela circulação fluvial, pela defesa de espaços interiores e pela manutenção da ordem pública em uma região de complexa configuração territorial. Nesse sentido, a esfera armilar articula, em linguagem heráldica, a memória portuguesa da navegação, a formação do Grão-Pará e a identidade amazônica da Polícia Militar do Pará (Polícia Militar do Pará, 2020; Godinho, 2016).

5 A HERÁLDICA DAS POLÍCIAS MILITARES DA REGIÃO NORTE: TERRITÓRIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE AMAZÔNICA

A análise dos brasões das Polícias Militares da Região Norte permite compreender que a heráldica policial militar não se limita à representação interna de cada corporação, mas também expressa elementos históricos, territoriais e culturais próprios da Amazônia brasileira. Conforme Silva (2022), as representações heráldicas são utilizadas como marcos simbólicos e identitários, destinados a projetar a imagem das instituições e a estabelecer conexões com sua história, cultura e valores. Dessa forma, os brasões das Polícias Militares do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins revelam não apenas a tradição militar das corporações, mas também a forma como cada Estado representa visualmente sua relação com a floresta, os rios, as fronteiras, a ocupação territorial e a memória histórica regional.

No caso da Região Norte, essa leitura torna-se especialmente relevante porque os símbolos policiais militares aparecem fortemente vinculados à geografia amazônica. Diferentemente de brasões que se limitam a reproduzir elementos genéricos da tradição militar, muitos brasões das Polícias Militares nortistas incorporam referências diretas aos rios, à floresta, às atividades extrativistas, às fortalezas, aos povos originários e aos marcos de formação territorial. Assim, a heráldica dessas corporações articula duas dimensões complementares: de um lado, a identidade policial militar nacional, representada por elementos como armas cruzadas, escudos, estrelas, datas de criação e lemas institucionais; de outro, a identidade amazônica, marcada por símbolos naturais, históricos e geográficos próprios da região.



A Polícia Militar do Pará apresenta uma das composições mais significativas nesse sentido. Seu brasão, conforme descrito por Silva (2022), está contido em escudo português, com traços em azul e vermelho, trazendo em seu interior o numeral 1818, ano de criação da corporação, um sabre vertical, pistolas cruzadas, esfera armilar, elmo, estrelas vermelhas, Estrela Alfa azul, ramos de castanheira-do-pará e o topônimo “Pará”. A presença do escudo português e da esfera armilar permite relacionar o brasão da PMPA às origens luso-brasileiras da corporação, especialmente porque a própria referência institucional da PMPA associa a esfera armilar ao emblema pessoal de D. Manuel I e à epopeia marítima portuguesa (Silva, 2022; Polícia Militar Do Pará, 2020). Desse modo, a PMPA constitui um caso expressivo de articulação entre memória militar, influência portuguesa, formação do antigo Grão-Pará e identidade amazônica.

Na Polícia Militar do Amazonas, observa-se igualmente a associação entre tradição militar, território e identidade amazônica. O brasão da PMAM, criado pelo Decreto nº 21.024, de 11 de julho de 2000 (Amazonas, 2000), apresenta escudo amendoado, bordadura em sinopla (verde) e campos nas cores azul, branco e vermelho. Sua composição inclui ainda o mapa do Estado do Amazonas, duas garruchas cruzadas, três torres de uma fortaleza medieval e o ano de 1837, correspondente à fundação da corporação (Amazonas, 2024).

A simbologia de seus elementos reforça essa relação entre identidade institucional e território. O verde representa a floresta amazônica; o azul está associado à justiça; o branco simboliza equilíbrio, harmonia e preservação da lei e da ordem social; e o vermelho representa audácia, poder e espírito de luta. As três torres simbolizam a segurança e a proteção da sociedade, além de constituírem referência histórica ao Forte de São José da Barra. As garruchas cruzadas, por sua vez, representam as Polícias Militares e evidenciam a natureza militar da instituição (Amazonas, 2024).

Desse modo, o brasão da Polícia Militar do Amazonas articula elementos territoriais, históricos e militares, reunindo referências à floresta amazônica, ao próprio Estado, à proteção da sociedade e à trajetória institucional da corporação. Essa dimensão simbólica foi reforçada pela Lei nº 6.811, de 26 de março de 2024, que reconheceu o Brasão e a Canção da Polícia Militar do Amazonas como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas (Amazonas, 2024).

Figura 2 – Brasão da Polícia Militar do Amazonas



Fonte: Wikipédia (2026a)



Essa presença da fortaleza no distintivo da PMAM aproxima a corporação amazonense de uma lógica comum a outros brasões da Região Norte: a representação da Polícia Militar como instituição guardiã de territórios historicamente marcados por disputas, ocupação, circulação fluvial e defesa de fronteiras. A fortaleza, nesse contexto, não é apenas um elemento arquitetônico, mas símbolo de vigilância, proteção e afirmação do poder público em uma região extensa e complexa. Ao lado do mapa do Estado e da cor verde, ela reforça a relação entre segurança pública, território amazônico e memória da ocupação regional.

O brasão da Polícia Militar do Acre também evidencia forte relação entre identidade institucional e símbolos naturais da Amazônia. Criado pelo Decreto nº 434, de 25 de agosto de 1992, o brasão da PMAC apresenta escudo redondo, campos em azul e verde, faixa ondata de prata, seringueira ao centro, raízes repousando sobre bucaneiros cruzados, estrela vermelha e a inscrição da data de 25 de maio de 1916, referente à criação do núcleo da corporação (Acre, 1992; Silva, 2022). A faixa ondata simboliza o Rio Aquiri, atual Rio Acre, apresentado como antigo corredor de exportação dos produtos básicos do Estado e palco de batalhas pela libertação do solo pátrio. O verde remete à floresta amazônica, enquanto a seringueira representa a base econômica do Estado, relacionada à extração e exportação da borracha.

Figura 3 - Brasão da Polícia Militar do Estado do Acre



Fonte: Wikipédia (2026b)

Nesse caso, a seringueira exerce função semelhante à castanheira-do-pará no brasão da PMPA. Ambas são árvores amazônicas utilizadas como marcadores de identidade regional. Enquanto a castanheira vincula a PMPA à riqueza vegetal paraense e à floresta amazônica, a seringueira associa a PMAC ao ciclo econômico da borracha, à história do Acre e à luta pela consolidação territorial. Assim, os brasões das Polícias Militares do Pará e do Acre convergem ao transformar elementos vegetais em linguagem institucional, demonstrando que a heráldica da Região Norte não representa apenas valores militares, mas também os processos históricos, econômicos e ambientais que formaram cada Estado.

No Amapá, o brasão da Polícia Militar também revela forte conexão entre memória territorial, fronteira e defesa. Segundo Silva (2022), o brasão da PMAP é representado por escudo português dividido em quatro partes, homenageando os desbravadores que colonizaram o Amapá e edificaram a Fortaleza de



São José para proteger suas fronteiras das incursões francesas. Sobre o escudo aparece o mural da Fortaleza de São José de Macapá, que representa a guarda da história da corporação, a proteção e a vigilância incessante para a manutenção da paz no setentrião pátrio. O brasão ainda incorpora a representação geográfica do Estado, cores ligadas ao primeiro uniforme da Guarda Territorial, estrela de cinco pontas e referência à bacia hidrográfica amapaense.

Figura 4 - Brasão da Polícia Militar do Estado do Amapá



Fonte: Wikipédia (2026c).

A presença da Fortaleza de São José de Macapá no brasão da PMAP aproxima esse símbolo da lógica defensiva presente na história da Amazônia setentrional. A fortaleza remete à proteção de fronteiras, à presença do Estado e à necessidade histórica de defesa territorial contra interesses estrangeiros (Silva, 2022). Nesse sentido, o brasão da PMAP converge com a leitura feita sobre a esfera armilar e os elementos luso-brasileiros do brasão da PMPA: ambos indicam que a heráldica policial militar amazônica preserva marcas da formação colonial, da disputa territorial e da necessidade de afirmação da soberania em áreas estratégicas da região Norte (Théry, 2013; Godinho, 2016; Silva, 2022).

A Polícia Militar de Rondônia também apresenta simbologia fortemente relacionada à defesa de fronteiras e à formação territorial amazônica. O estandarte da PMRO, criado pelo Decreto nº 429, de 25 de agosto de 1982, apresenta escudo circular em azul-celeste, estrelas e a representação geométrica do Real Forte Príncipe da Beira, monumento-símbolo da defesa das fronteiras brasileiras ao longo do Rio Guaporé (Rondônia, 1982; Silva, 2022). Segundo Silva (2022), a descrição heráldica associa o forte à bravura daqueles que defenderam as fronteiras brasileiras contra interesses estrangeiros e atribui à fortaleza o significado de segurança prestada pela Polícia Militar à comunidade rondoniense.

Figura 5 - Brasão da Polícia Militar de Rondônia



Fonte: Wikipédia (2026d).

Além da fortaleza, o estandarte da PMRO apresenta ramos de cacau e café. O cacau é identificado como nativo da Amazônia, enquanto ambos os ramos representam riquezas extrativas e agrícolas que sustentaram a economia regional. Essa composição revela uma lógica semelhante à observada nos brasões da PMPA e da PMAC: o uso de elementos vegetais como expressão da economia, da natureza e da identidade regional. Assim, castanheira, seringueira, cacau e café não são apenas elementos decorativos, mas signos territoriais que traduzem a relação entre corporação, ambiente amazônico e história econômica local (Théry, 2013; Silva, 2022).

No caso de Roraima, o emblema da Polícia Militar apresenta elementos que evidenciam a articulação entre tradição policial, identidade estadual e presença indígena. Segundo Silva (2022), o emblema da PMRR é constituído por escudo português nas cores azul, branco e vermelho, contendo o topônimo “Roraima”, garruchas cruzadas e a inscrição “Polícia Militar”, tudo em amarelo. O escudo é guardado à direita pela figura de um indígena, representando os povos indígenas existentes no Estado, e à esquerda pela figura de um policial militar, representando aqueles que exerceram e exercem o policiamento ostensivo preventivo e repressivo. Acima do escudo, aparece um elmo em ouro, simbolizando a nobreza da missão policial militar (Silva, 2022).

Figura 6 - Brasão da Polícia Militar de Roraima



Fonte: Wikipédia (2026e).

A presença do indígena no emblema da PMRR diferencia esse símbolo dos demais brasões analisados, pois incorpora explicitamente a dimensão étnica e sociocultural do território. Trata-se de um elemento particularmente importante para a Região Norte, onde a presença dos povos originários constitui



parte essencial da formação histórica e social da Amazônia. Ao lado do policial militar, a figura indígena permite interpretar o emblema como representação visual de uma sociedade territorialmente diversa, marcada pela convivência entre instituições estatais, populações tradicionais e dinâmicas próprias de fronteira.

A Polícia Militar do Tocantins, embora pertencente ao Estado mais novo da Região Norte, também apresenta elementos de forte identidade territorial. Seu brasão, possui escudo elíptico dividido em seis partes, contendo o nome do Estado, as cores da bandeira tocantinense, o escudo nacional das Polícias Militares, garruchas cruzadas, listel com a data de 1º de janeiro de 1989 e uma coroa de louros estilizada (Silva, 2022). Um dos campos mais expressivos do brasão apresenta o Rio Tocantins, suas águas, céu azul, praias, riquezas, nascer do sol, matas e buritizais, representando a luta pela divisão do Estado e a força dos policiais militares que atuaram na implantação da corporação.

Figura 7 - Brasão da Polícia Militar do Tocantins



Fonte: Wikipédia (2026f).

No brasão da PMTO, a presença do Rio Tocantins e dos buritizais evidencia uma identidade amazônica e regional própria, ainda que marcada por uma história institucional mais recente. O rio aparece como eixo de formação territorial e como elemento de pertencimento, enquanto as matas e buritizais aproximam o símbolo da paisagem natural tocantinense (Silva, 2022). Dessa forma, a PMTO demonstra que a heráldica das Polícias Militares da Região Norte não está limitada às corporações mais antigas, mas também se manifesta nas instituições criadas em contextos políticos recentes, como o processo de criação do Estado do Tocantins e de sua Polícia Militar.

A comparação entre os brasões das Polícias Militares da Região Norte revela alguns eixos comuns. O primeiro é a presença de símbolos da tradição policial militar brasileira, como garruchas ou pistolas cruzadas, escudos, estrelas, lemas e datas de criação (Silva, 2022). Esses elementos reforçam a identidade comum das Polícias Militares como instituições de força pública, disciplinadas, hierarquizadas e vinculadas à preservação da ordem (Théry, 2013; Silva, 2022). O segundo eixo é a presença de elementos estaduais e territoriais, como mapas, topônimos, cores das bandeiras, datas fundacionais e referências a capitais, rios e paisagens locais. O terceiro eixo é a incorporação de símbolos amazônicos, como floresta, rios, seringueira, castanheira, cacau, buritizais e bacias hidrográficas.



Outro ponto de convergência relevante é a presença de símbolos relacionados à defesa territorial e às fronteiras. As fortalezas presentes ou evocadas nos brasões do Amazonas, Amapá e Rondônia indicam uma memória de proteção, vigilância e soberania (Silva, 2022). No caso amazônico, essa simbologia é especialmente significativa, pois a região foi historicamente marcada por disputas coloniais, conflitos de fronteira, circulação fluvial e necessidade de presença estatal em áreas extensas e de difícil acesso (Théry, 2013; Nora, 1993; Silva, 2022). Assim, a heráldica policial militar da Região Norte preserva não apenas a memória interna das corporações, mas também a memória da formação territorial da própria Amazônia brasileira.

Também se observa, ainda que de formas distintas, a permanência de influências europeias e luso-brasileiras na estrutura simbólica desses brasões. O uso de escudos portugueses, elmos, fortalezas, armas cruzadas, estrelas, listéis e composições tradicionais da heráldica revela a continuidade de uma linguagem visual herdada da tradição heráldica europeia (Théry, 2013; Silva, 2022). No caso da PMPA, essa influência é mais explícita pela presença da esfera armilar e do escudo português, conectando a corporação à epopeia marítima portuguesa e às origens luso-brasileiras do antigo Grão-Pará (Godinho, 2016; Silva, 2022). No Amapá, Amazonas e Rondônia, a influência aparece sobretudo na memória das fortalezas e da defesa territorial, elementos associados à ocupação colonial e à proteção de fronteiras.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise comparativa entre o brasão da Polícia Militar do Pará e os brasões das demais Polícias Militares da Região Norte permite compreender que a heráldica policial militar amazônica não se limita à identificação visual das corporações. Ao contrário, esses símbolos funcionam como instrumentos de memória, territorialidade, pertencimento e legitimação institucional. Conforme Théry (2013), os brasões, embora tenham origem ligada à identificação militar, passaram historicamente a representar famílias, instituições, territórios e Estados, tornando-se formas visuais de comunicação simbólica. Nesse sentido, os brasões das Polícias Militares nortistas revelam não apenas a tradição militar brasileira, mas também a relação dessas corporações com a Amazônia, seus rios, florestas, fronteiras, povos, processos históricos e formas de ocupação territorial.

No caso da Polícia Militar do Pará, o brasão reúne elementos que articulam memória institucional, identidade estadual, tradição militar e pertencimento amazônico. A inscrição “1818” remete à origem histórica da corporação, vinculada ao Corpo de Polícia criado no início do século XIX; o topônimo “Pará” e a Estrela Alfa azul reforçam a vinculação territorial da instituição ao Estado; as estrelas vermelhas preservam a memória de campanhas militares; os ramos da castanha-do-pará aproximam o símbolo da floresta amazônica; e a esfera armilar estabelece relação com a herança luso-brasileira e com a formação histórica do antigo Grão-Pará (Polícia Militar Do Pará, 2020; Silva, 2022; Godinho, 2016). Assim, o brasão



da PMPA apresenta uma composição que sintetiza a trajetória da corporação, sua missão pública e sua inserção em um território amazônico historicamente marcado pela circulação fluvial, pela diversidade social e pela necessidade de presença estatal.

Essa dimensão territorial também aparece nos brasões das demais Polícias Militares da Região Norte, embora de maneiras diferentes. Na Polícia Militar do Amazonas, por exemplo, o brasão incorpora elementos como o mapa do Estado, a cor verde associada à floresta amazônica e torres de fortaleza relacionadas à proteção e à segurança da sociedade (Silva, 2022). Esses elementos indicam que a identidade institucional da corporação amazonense está vinculada à defesa de um território amplo, florestal e historicamente associado à presença militar em áreas estratégicas da Amazônia. A fortaleza, nesse contexto, não possui função meramente ornamental, mas representa vigilância, proteção territorial e afirmação da presença do poder público.

No brasão da Polícia Militar do Acre, a territorialidade amazônica manifesta-se por meio da seringueira, da cor verde e da faixa ondulada que representa o Rio Aquiri, atual Rio Acre (Silva, 2022). A presença da seringueira remete diretamente à história econômica e social acreana, especialmente ao ciclo da borracha, enquanto o rio representa circulação, ocupação e consolidação territorial. Assim como a castanheira no brasão da PMPA, a seringueira no brasão da PMAC transforma um elemento vegetal amazônico em símbolo institucional. Em ambos os casos, as árvores não representam apenas a natureza, mas também a formação histórica, econômica e identitária dos Estados.

No Amapá, a territorialidade aparece de forma marcada pela presença da Fortaleza de São José de Macapá, elemento que remete à defesa de fronteiras, à vigilância e à proteção do extremo norte do território brasileiro (Silva, 2022). A fortaleza expressa a memória da ocupação colonial e da necessidade de proteção contra ameaças externas, especialmente em uma região historicamente sensível em termos geopolíticos. Desse modo, o brasão da PMAP aproxima-se da simbologia presente nos brasões do Amazonas e de Rondônia, nos quais as fortalezas também funcionam como representações da defesa territorial e da soberania estatal na Amazônia.

A Polícia Militar de Rondônia, por sua vez, apresenta em seu brasão referência ao Real Forte Príncipe da Beira, monumento ligado à defesa das fronteiras brasileiras ao longo do Rio Guaporé (Silva, 2022). Além disso, a presença de ramos de cacau e café representa riquezas naturais e econômicas regionais, aproximando o brasão rondoniense de uma simbologia territorial semelhante à observada nos brasões do Pará e do Acre. A castanheira, a seringueira, o cacau e o café demonstram que a heráldica das Polícias Militares da Região Norte incorpora elementos vegetais não apenas como decoração, mas como signos da economia, da natureza e da história regional.

No caso de Roraima, a territorialidade amazônica é representada de modo singular pela presença da figura indígena no emblema da Polícia Militar, ao lado da figura do policial militar (Silva, 2022). Esse



elemento diferencia o brasão roraimense dos demais, pois evidencia a dimensão étnica e sociocultural do território. A presença indígena comunica que a identidade regional não é formada apenas pela floresta, pelos rios ou pelas fronteiras, mas também pelos povos originários que compõem a história social da Amazônia. Dessa forma, o brasão da PMRR apresenta uma territorialidade humana e cultural, representando a convivência entre Estado, população indígena, sociedade regional e instituição policial militar (Halbwachs, 1990; Théry, 2013; Silva, 2022).

Na Polícia Militar do Tocantins, a territorialidade aparece por meio do Rio Tocantins, das matas, dos buritizais, das águas e de outros elementos ligados à paisagem natural do Estado (Silva, 2022). Embora o Tocantins seja o Estado mais recente da Região Norte, seu brasão também utiliza a natureza e a geografia como formas de afirmação identitária. O rio, nesse caso, atua como eixo simbólico de formação territorial, pertencimento e integração regional. Assim, mesmo em uma corporação mais jovem, a heráldica cumpre a função de construir memória institucional e afirmar visualmente sua ligação com o território (Théry, 2013; Silva, 2022).

A partir dessa comparação, verifica-se que nem todos os brasões representam a territorialidade amazônica da mesma forma, mas todos, em algum grau, incorporam elementos que vinculam a corporação ao território em que atua (Théry, 2013; Silva, 2022). No Pará, a territorialidade aparece por meio da castanheira, da Estrela Alfa, do nome do Estado e da esfera armilar; no Amazonas, por meio da floresta, do mapa estadual e da fortaleza; no Acre, pela seringueira e pelo Rio Acre; no Amapá, pela Fortaleza de São José e pelas referências à fronteira; em Rondônia, pelo Real Forte Príncipe da Beira e pelos ramos agrícolas; em Roraima, pela figura indígena e pelo topônimo estadual; e no Tocantins, pelo Rio Tocantins, pelos buritizais e pelas paisagens naturais (Silva, 2022; Polícia Militar Do Pará, 2020).

Essa presença da territorialidade nos brasões possui finalidade institucional clara. Primeiramente, serve para diferenciar cada corporação dentro do conjunto nacional das Polícias Militares. Embora todas compartilhem elementos comuns, como armas cruzadas, escudos, estrelas, datas fundacionais e referências à força pública, cada uma incorpora símbolos próprios do seu Estado (Silva, 2022). Essa combinação entre tradição policial militar e elementos regionais permite que o brasão comunique simultaneamente pertencimento nacional e identidade local. Assim, os brasões afirmam que essas instituições fazem parte de uma tradição militar brasileira, mas também estão enraizadas em territórios específicos (Théry, 2013; Silva, 2022).

Em segundo lugar, os elementos territoriais cumprem função de memória. Como observa Halbwachs (1990), a memória coletiva é construída socialmente e depende de referências compartilhadas pelo grupo. Nos brasões analisados, datas, rios, fortalezas, árvores, mapas e figuras humanas funcionam como marcas visuais que preservam narrativas históricas consideradas importantes para cada corporação. A inscrição “1818” no brasão da PMPA, a data de criação da PMAC, a referência ao ano de 1837 na PMAM,



a data de 1989 na PMTO e as fortalezas presentes nos brasões do Amapá, Amazonas e Rondônia demonstram que esses símbolos selecionam e fixam acontecimentos, lugares e valores que fortalecem a memória institucional (Halbwachs, 1990; Nora, 1993; Silva, 2022).

Em terceiro lugar, esses símbolos possuem função de legitimação institucional. Para Bourdieu (2003), o poder simbólico atua por meio de representações socialmente reconhecidas como legítimas, capazes de organizar percepções e produzir reconhecimento. Nos brasões das Polícias Militares da Região Norte, os elementos heráldicos ajudam a legitimar a presença da corporação no território, apresentando-a como guardiã da ordem, da segurança, da memória estadual e da soberania regional. As fortalezas, por exemplo, reforçam a ideia de defesa e vigilância; os rios indicam integração e circulação; as árvores e plantas regionais afirmam pertencimento à floresta e à economia local; e os elementos militares indicam autoridade, disciplina e força pública.

Em quarto lugar, a territorialidade amazônica presente nos brasões contribui para a comunicação institucional. Moraes (2013) destaca que brasões e marcas institucionais são formas visuais de comunicação, pois transmitem cultura, valores e crenças. Da mesma forma, Beiger e Silva (2023) observam que a identidade visual fortalece a imagem pública das instituições policiais e contribui para o reconhecimento social. Nesse sentido, os brasões analisados comunicam à sociedade que as Polícias Militares da Região Norte não são instituições deslocadas do espaço em que atuam; ao contrário, elas se apresentam como parte da história, da geografia, da cultura e das necessidades de segurança da Amazônia brasileira.

No caso específico da PMPA, a análise demonstra que seu brasão possui forte capacidade de síntese simbólica. Ele reúne a memória militar das campanhas históricas, a antiguidade institucional representada por 1818, a vinculação estadual por meio do nome “Pará” e da Estrela Alfa, a identidade amazônica por meio da castanheira e a herança luso-brasileira por meio da esfera armilar (Polícia Militar do Pará, 2020; Godinho, 2016). Em comparação com os demais brasões da Região Norte, o brasão da PMPA destaca-se por combinar elementos de tradição europeia, memória militar, territorialidade estadual e natureza amazônica em uma mesma composição.

Essa combinação revela que os brasões das Polícias Militares nortistas não são neutros. Eles selecionam determinados elementos para representar oficialmente cada corporação, construindo uma narrativa visual sobre sua origem, missão e relação com o território. Essa seleção confirma a reflexão de Nora (1993), segundo a qual os lugares de memória resultam de processos de conservação e cristalização de determinados vestígios do passado. Também se aproxima da análise de Hobsbawm e Ranger (1997), para os quais as tradições são continuamente reafirmadas por meio de símbolos e práticas que produzem continuidade histórica.



Portanto, a finalidade dos elementos territoriais, naturais, históricos e militares presentes nos brasões é múltipla. Eles identificam a corporação, preservam sua memória, comunicam seus valores, reforçam sua legitimidade, diferenciam sua identidade regional e expressam sua missão institucional. No contexto amazônico, essa função torna-se ainda mais relevante, pois a Região Norte é marcada por grandes extensões territoriais, diversidade ambiental, presença de povos tradicionais, fronteiras internacionais, rios como vias de circulação e desafios permanentes de presença estatal. Assim, ao incorporar florestas, rios, fortalezas, árvores, povos originários e topônimos estaduais, os brasões expressam visualmente a relação entre segurança pública, território e Amazônia.

Dessa forma, os resultados indicam que o brasão da Polícia Militar do Pará, em diálogo com os brasões das demais Polícias Militares da Região Norte, contribui para a construção de uma identidade institucional marcada pela tradição militar e pela territorialidade amazônica. Embora cada corporação possua símbolos próprios, todas utilizam a heráldica como linguagem visual para afirmar pertencimento, memória, autoridade e compromisso com a proteção da sociedade. No caso da PMPA, essa simbologia evidencia uma corporação que se reconhece como parte da história do Pará, da formação do antigo Grão-Pará e da realidade amazônica brasileira.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, verificou-se que o brasão institucional não deve ser compreendido apenas como uma marca visual ou elemento decorativo. Ao contrário, ele funciona como linguagem simbólica capaz de condensar acontecimentos históricos, valores institucionais, pertencimentos territoriais e narrativas de legitimidade. Nas instituições militares, essa função assume especial relevância, pois os símbolos são utilizados para fortalecer a memória coletiva, reafirmar tradições, consolidar o espírito de corpo e comunicar à sociedade a missão pública desempenhada pela corporação.

No caso específico da Polícia Militar do Pará, constatou-se que o brasão articula diferentes dimensões da identidade institucional. A inscrição “1818” remete à origem histórica da corporação e reafirma sua condição de instituição bicentenária. O topônimo “Pará” e a Estrela Alfa azul evidenciam sua vinculação territorial ao Estado. As estrelas vermelhas preservam a memória de campanhas militares históricas, especialmente a Guerra do Paraguai e a Guerra de Canudos. Os ramos da castanha-do-pará aproximam o símbolo da floresta e da identidade amazônica. A espada, o elmo e as pistolas cruzadas representam autoridade, justiça, disciplina, força pública e compromisso com a preservação da ordem. A esfera armilar, por sua vez, estabelece relação com as origens luso-brasileiras da corporação, com a epopeia marítima portuguesa e com a formação histórica do antigo Grão-Pará.

Dessa forma, o brasão da PMPA pode ser compreendido como uma síntese visual da trajetória da corporação. Ele reúne elementos militares, históricos, territoriais e amazônicos que expressam não apenas



a identidade interna da instituição, mas também sua relação com o Estado do Pará e com a sociedade paraense. Essa composição demonstra que a corporação se representa como força pública enraizada em uma realidade histórica e geográfica específica, marcada pela diversidade territorial, pela presença da floresta, pela importância dos rios, pela memória da ocupação regional e pela necessidade permanente de atuação estatal.

A comparação com os brasões das demais Polícias Militares da Região Norte permitiu observar que a territorialidade amazônica também se manifesta em outras corporações, embora de formas distintas. No Amazonas, destacam-se a floresta, o mapa estadual e a fortaleza; no Acre, a seringueira e o Rio Acre; no Amapá, a Fortaleza de São José de Macapá e a defesa de fronteiras; em Rondônia, o Real Forte Príncipe da Beira e os ramos de cacau e café; em Roraima, a figura indígena e o topônimo estadual; e no Tocantins, o Rio Tocantins, os buritizais e as paisagens naturais. Esses elementos indicam que os brasões nortistas não apenas identificam as corporações, mas também expressam a relação entre segurança pública, memória regional e pertencimento amazônico.

Verificou-se, portanto, que todos os brasões analisados apresentam, em maior ou menor grau, elementos relacionados ao território em que cada Polícia Militar atua. Essa territorialidade aparece por meio de símbolos naturais, históricos, econômicos, culturais e geográficos, como rios, florestas, árvores, fortalezas, mapas, povos originários e cores estaduais. A finalidade desses elementos é múltipla: diferenciar cada corporação no conjunto das Polícias Militares brasileiras, preservar memórias institucionais, comunicar pertencimento regional, legitimar a presença do Estado e reforçar a missão de proteção da sociedade.

A análise também evidenciou que a heráldica policial militar da Região Norte combina elementos comuns da tradição militar brasileira com referências próprias da Amazônia. Armas cruzadas, escudos, elmos, estrelas, datas fundacionais e lemas institucionais demonstram a vinculação dessas corporações à tradição policial militar nacional. Ao mesmo tempo, a presença de rios, florestas, castanheiras, seringueiras, fortalezas, povos indígenas e paisagens regionais revela que essas instituições constroem identidades visuais próprias, profundamente associadas à história e à geografia amazônica.

Em resposta ao problema de pesquisa, conclui-se que o brasão da Polícia Militar do Pará, em diálogo com os brasões das Polícias Militares da Região Norte, contribui para a construção da identidade institucional ao funcionar como instrumento de memória, pertencimento e legitimação simbólica. Ele comunica a história da corporação, reafirma sua missão pública, fortalece sua vinculação com o Estado do Pará e insere a PMPA em uma simbologia regional mais ampla, marcada pela territorialidade amazônica.

Assim, a heráldica não deve ser vista como aspecto secundário da vida institucional. No caso da PMPA, o brasão representa um patrimônio simbólico que preserva a memória da corporação, reforça seus valores e comunica sua presença histórica no território paraense. A análise desenvolvida demonstra que os



símbolos militares, quando interpretados criticamente, revelam dimensões importantes da cultura institucional, da construção da tradição e da relação entre segurança pública, território e identidade coletiva.

Por fim, reconhece-se que este estudo não esgota as possibilidades de investigação sobre a simbologia policial militar. Novas pesquisas poderão aprofundar a análise de outros símbolos institucionais da Polícia Militar do Pará, como bandeiras, estandartes, hinos, medalhas, distintivos, uniformes e cerimônias. Também poderão ser realizadas comparações com as Polícias Militares de outras regiões brasileiras, a fim de verificar como diferentes territórios, memórias e culturas são representados na heráldica militar. Ainda assim, o presente artigo contribui para valorizar o brasão da PMPA como expressão visual de sua história, de sua identidade institucional e de seu pertencimento à Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS

- ACRE. **Decreto nº 434, de 25 de agosto de 1992**. Dispõe sobre o brasão da Polícia Militar do Estado do Acre. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1992.
- AMAZONAS. **Lei nº 6.811, de 26 de março de 2024**. Reconhece o Brasão e a Canção da Polícia Militar do Amazonas como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Poder Executivo, Seção I, Manaus, 26 mar. 2024.
- AMAZONAS. **Decreto nº 21.024, de 11 de julho de 2000**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2000.
- BEIGER, Luana Gabriela Pereira; SILVA, Nairo de Oliveira Cardoso da. A necessidade da padronização da atual marca da Polícia Militar do Paraná em materiais visuais e sua relevância na comunicação institucional. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 6, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i6.3441.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRITO, Amanda Martins de. **A heráldica na Força Aérea Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2021.
- EMBRAPA. **Castanha-da-amazônia**: estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor. Brasília, DF: Embrapa, 2023.
- FURTADO, Matheus Silveira. **A heráldica do poder**: símbolos e significados no escudo de D. Afonso Henriques. 2014. Monografia (Graduação em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODINHO, Carlos Eduardo Ferreira. **A esfera armilar de D. Manuel I**: visão celestial e providência astral. 2016. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia das Ciências) – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.



HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais**: a bandeira, o brasão, o selo e o hino. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. (Edições do Senado Federal, v. 47). ISBN 978-65-5676-518-1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-29.

MORAES, Mônica Borja Bonilha. **Cultura universitária**: brasões e marcas: um estudo visual e suas formas de comunicação. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PARÁ. **Lei nº 8.959, de 19 de dezembro de 2019**. Institui as cores oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém, PA: Governo do Estado do Pará, 2019.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Manual de identidade visual da Polícia Militar do Pará**. Belém: Polícia Militar do Pará, 2017.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Anuário 2019/2020: Avante PMPA!**. Belém: Polícia Militar do Pará, 2020.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. Núcleo de Pesquisa Científica. **PMPA em Revista: periódico de ciências policiais**. Belém: Polícia Militar do Pará, 2023. ISSN 2966-1064. E-ISSN 2966-2095.

RONDÔNIA. **Decreto nº 429, de 25 de agosto de 1982**. Cria o Estandarte da Polícia Militar de Rondônia. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia, 1982. Disponível em: <https://www.pm.ro.gov.br/logo-site/>. Acesso em: 20 jul. 2026.

SANTOS, Paulo Ramos dos; BORTOLETO, Edivaldo José. Análise semiótica peirceana dos símbolos da Polícia Militar de Santa Catarina. **Revista de Estudos Acadêmicos**, 2019.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SILVA, José Luís Santos. **Breviário de heráldica e brasonário das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil**. Salvador: o Autor, 2022.

THÉRY, Hervé. Heráldica e geografia. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 7-22, set./dez. 2013.



WIKIPÉDIA. **Brasão da Polícia Militar do Amazonas**. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bras%C3%A3o_PMAM.PNG. Acesso em: 16 jun. 2026a.

WIKIPÉDIA. **Brasão da Polícia Militar do Acre**. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bras%C3%A3o_PMAC.PNG. Acesso em: 16 jun. 2026b.

WIKIPÉDIA. **Polícia Militar do Estado do Amapá**. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_do_Estado_do_Amap%C3%A1. Acesso em: 16 jun. 2026c.

WIKIPÉDIA. **Brasão da Polícia Militar de Rondônia**. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bras%C3%A3o_PMRO.PNG. Acesso em: 16 jun. 2026d.

WIKIPÉDIA. **Polícia Militar de Roraima**. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_de_Roraima. Acesso em: 16 jun. 2026e.

WIKIPÉDIA. **Brasão da Polícia Militar do Tocantins**. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bras%C3%A3o_PMTO.PNG. Acesso em: 16 jun. 2026f.